

## Scalco usa a imissão para atrair direita

A fixação de um limite máximo de área para as propriedades rurais, reivindicação dos representantes de classe dos trabalhadores no campo, não foi incluída no projeto de constituição elaborado pelo grupo Interpartidário, formado pelos progressistas do PMDB, pelos modernos do PFL e por integrantes da esquerda.

O coordenador desse grupo, deputado Euclydes Scalco, temendo que o projeto constitucional não se apresente negociável para a ala mais conservadora do próprio PMDB e de outros partidos de centro-direita, fincou-se no instrumento da imissão imediata na posse da terra como o sustentáculo do texto constitucional que norteará a política de reforma agrária da Nova Constituição.

O esboço do projeto feito pelo grupo, já distribuído entre os constituintes interessados diretamente na questão agrária com o aval da própria Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Con-

tag), não traz mais nenhum avanço.

Além do dispositivo da imissão automática da posse da terra, com registro de propriedade, tão logo o imóvel seja indicado para efeito de desapropriação, o texto constitucional não fixou, sequer, os critérios simultâneos que todo o imóvel rural deve ser balizado para que as autoridades possam caracterizá-lo como racionalmente aproveitado.

Segundo o deputado Amaury Muller, (PDT-RS), se a nova Constituição não estabelecer critérios rígidos e simultâneos para que se determine o que é um imóvel rural racionalmente aproveitado, os processos de desapropriação continuarão sendo dificultados pelos latifundiários.

Ao estabelecer a imissão automática da posse da terra, o projeto do grupo Interpartidário determina que em caso de erro judicial, o Ministério Público será obrigado a pagar a indenização em dinheiro.

# Tamanho da Carta também cria polêmica

Liberais querem texto genérico mas a esquerda prega artigos maiores e mais detalhados

MARIA LIMA  
Da Editoria de Política

Os 559 constituintes não estão divididos apenas em relação a alguns pontos polêmicos. Várias correntes divergem também quanto ao tamanho que deverá ter a Constituição que estão elaborando. Há uma tendência conservadora, representada pelo presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), preocupada em que a nova Carta seja genérica, sintética ao máximo, contendo apenas os princípios gerais. Já os progressistas, como o deputado José Genoino (PT/SP), cientes da morosidade do processo legislativo brasileiro, lutam para alargar o novo texto, inbutindo os direitos sociais e individuais, estabelecendo mecanismos de proteção a estes direitos.

Mas os teóricos e constitucionalistas reconhecidos, como o ex-deputado gaúcho João Gilberto, garantem que não é possível estabelecer uma relação ou paralelo entre o número de artigos das constituições mundo afora e a sua eficácia. Eles consideram que uma Constituição tem que ser compatível com a tradição cultural de cada país, no sentido de que cada um possui características próprias como a densidade demográfica, grau de civilização, desigualdades sociais e políticas.

### SUBSTITUTIVO

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), debruçado

sobre a tarefa de enxugar o atual projeto constitucional reduzindo seus 496 artigos para no máximo 300, como é o seu desejo, alerta que quanto mais for alargada a superfície do texto, maior serão as chances de sua vulnerabilidade. Disposto a não frustrar as duas correntes, o relator descobriu uma fórmula que lhe permitiu elaborar um substitutivo médio, com cerca de 200 artigos, agrupando todos os temas referentes à legislação ordinária e complementar num título denominado de "Atos adicionais", ou "Atos das disposições não constitucionais", votado simultaneamente à nova Constituição.

Não existem modelos de Constituição nem um número de artigos ideal, diz o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ). Para ele, a nova Carta brasileira terá o tamanho necessário, aquilo que for o produto final das discussões que estão se travando na Constituinte. "É irrelevante termos um texto detalhista, mas é lógico que se a futura Constituição tiver mais direitos assegurados, ela terá mais força".

### DETALHAMENTO

Ele explica que o caminho para a construção de uma Constituição é o ordenamento dos princípios fundamentais, como a definição correta de Estado, do sistema de poderes, a proteção aos direitos sociais e individuais e os princípios básicos da economia. "O nível de detalhamento vai variar de acordo com os problemas de cada país", completa Vivaldo. Já o vice-reitor da Universida-

de de Santos, o jurista Vicente Cascione, considera que no caso específico do Brasil, um país esgarçado institucionalmente "que vem oscilando entre o jejum da ditadura e o porre da democracia efêmera", tem-se que solidificar na Constituição princípios e regras fundamentais para definir os direitos dos cidadãos e torná-los concretizáveis. "É temerário garantir só os princípios fundamentais e deixar o resto para a legislação ordinária que pode demorar a vir. Alguns princípios amarrativos devem ser colocados no texto constitucional para garantir o seu cumprimento".

### VELHA POLEMICA

O debate sobre o que é matéria constitucional e de legislação ordinária é antigo. O ex-deputado João Gilberto esclarece porém que, de país para país, variam também regras de técnica jurídica, não podendo ser comparadas às constituições em função do número de artigos e efeitos práticos. "Eu alerto, por exemplo, que os artigos das constituições europeias são diferentes das constituições brasileiras. São longuíssimos, ocupando às vezes páginas e páginas".

Apesar de ter apenas 141 artigos, a Constituição da Suíça é tão detalhista que trata até de bebidas — revela.

A praticidade e eficácia das constituições não têm nada a ver com o tamanho ou número de artigos, arremata o jurista Vicente Cascione, pois isto depende basicamente da tradição cultural de cada país.



SAB  
TA

## Terceiro mundo tem as maiores

Se por um lado não existe relação entre o tamanho das Constituições e sua funcionalidade, por outro há uma diferença marcante, entre o texto dos países desenvolvidos, os menores e mais antigos, e os do terceiro mundo, que dificilmente conseguem ter constituições sintéticas e duradouras. O menor texto em número de letras é o da França, de 1958, com 89 artigos. Em número de artigos, o recorde é dos Estados Unidos, cuja Carta possui apenas sete divisões aprovadas no Século XVI, apesar das 21 seções e 26 emendas, o que equivale à metade da atual Constituição brasileira. As maiores do mundo são as da Índia, com 392, e Iugoslávia, com 409 artigos.

A Inglaterra, por exemplo, nunca reuniu uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar uma Constituição. Além de alguns textos constitucionais básicos, o que vigora no país até hoje é a Magna Carta, outorgada, pelo Rei João Sem Terra, ainda em 1215. Seus princípios, entre-

tanto, não ficaram ultrapassados, sendo suplantados por diversos atos de força constitucional.

Na América do Sul, confirma-se a tese de que os países do Terceiro Mundo não conseguem ter constituições enxutas, o que reflete a complexidade de seus problemas sociais e políticos. Relativamente novas, quase todas promulgadas a partir da década de 60, são consideradas detalhistas e vulneráveis, sempre com mais de 200 artigos. A exceção fica por conta da Argentina, a menor e mais antiga, promulgada em 1853 com apenas 110 artigos. A do Chile tem 120 artigos, mas foi imposta pela ditadura do presidente Augusto Pinochet, através de um decreto assinado em outubro de 1981.

### DIREITOS GARANTIDOS

A partir da Constituição alemã de Weimar, em 1919, com o fim da belle époque e do liberalismo com a 1ª Guerra, as constituições de vários países avançaram mu-

to na área dos direitos e garantias individuais, sendo elaboradas com um número de artigos superior às anteriores, trazendo mais presentes as questões próprias da sociedade. "Antes da 1ª Guerra, as Constituições resguardavam mais a parte institucional e de organização dos poderes e processo eleitoral", diz o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ). "depois passaram a ampliar o texto no sentido de garantir a proteção dos direitos sociais e individuais".

Resaltando a influência do grau de civilização nas constituições dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, o jurista Vicente Cascione observa que a Carta italiana é considerada uma das mais democráticas. "A Itália é um exemplo de civilização. Com todos os atos terroristas que têm marcado sua história política, conseguiu superar as crises sem apelar para qualquer ato de exceção, porque o seu povo tem uma consciência social e nacional incrível".

## O CALHAMAÇO DE CADA UM

### PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

	Ano de promulgação	Nº de Artigos
Paraguai	1967	239
Peru	1979	307
Nicarágua	1987	202
Uruguai	1967	332
Venezuela	1961	252
Brasil	1967	217

### PAÍSES DESENVOLVIDOS

	Ano de Promulgação	Nº de Artigos
Itália	1948	139
Japão	1946	103
Rússia	1977	174
Espanha	1978	169
França	1958	89
Suécia	1874	135
Alemanha (RDA)	1968	106
Alemanha (RFA)	1949	146
Polônia	1952	106
E.U.A.	1787	07

## Tamanho não é documento

OSNY DUARTE PEREIRA (\*)

A Assembleia Nacional Constituinte entra na fase de elaboração do texto constitucional definitivo, no qual os interesses de cada setor da sociedade deverão estar abrigados e defendidos.

Em nosso ensaio "Constituinte — Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos", — editado pelo Senado e UnB —, manifestamos (pág. 23) as razões pelas quais o Anteprojeto fora, justificadamente, longo. Entre outros motivos, os que decorrem da realidade nacional: somos vários países dentro de um, com economias ligadas e dentro de desigualdades que são as maiores do mundo. Nenhuma nação no planeta apresenta esta espantosa desigualdade entre regiões ricas e pobres.

### COMPATIBILIZAR A MISÉRIA

Como conciliar no texto constitucional o povo com multinacionais que ampliaram seu poder neste País, por mais de vinte anos, e instalaram um modelo exportador que destruiu o produtor, transformando-o num produtor de manufaturados a salários de fome?

Estas empresas conseguiram reduzir o salário mínimo real de Cz\$ 6.109,22, em 1956, para Cz\$ 1.969,92, a valores de junho de 1987; ou seja, reduziu-o para menos de um terço. Em 1956, não havia a fome que mata 300.000 crianças por ano; não havia a criminalidade que angustia ricos e pobres; não havia, nesta escala, a distorção que provocou o êxodo dos campos para os cinturões de miséria; a brutal dívida externa, gerada em grande parte pela corrupção; o número de analfabetos de hoje — 31,8 milhões.

Como estabelecer a conciliação entre o grande capital testa-de-ferro e os trabalhadores, quando esse modelo exportador, para reduzir os custos, faz com que os salários decresçam de mês a mês? O salário mínimo na França equivale a 617,41 dólares; na Índia, a 344 dólares; na Nicarágua a 152 dólares; na Argentina, a 140 dólares. No Brasil, onde era de 58 dólares no ano passado, está hoje em menos de 40 dólares.

E a, ordem é escancarar, ainda mais, as portas, na Constituição. Nada de regulamentação. Livre mercado. Nacionalismo é burrice de xitas.

Em 1950, viviam no campo 64% dos brasileiros; em 1985, apenas 27%. Isto é: mais gente para comer e menos gente para plantar. Como conciliar 5% que recebem 33% da renda nacional com os 50% que devem contentar-se com 13% do total?

### PROMESSAS ELEITORAIS?

Os programas de todos os partidos prometem modificar esse quadro. Tancredo insistia: "Venho para realizar urgentes e corajosas mudanças políticas, sociais e econômicas, indispensáveis ao bem-estar do povo" (JB de 16.01.85). Sarney: "Os compromissos de Tancredo são também meus". Ulysses, no discurso de posse na presidência da ANC:

"Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la. A liberdade é também uma questão de justiça. A livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do País, deverá exercer-se sem o sacrifício dos tra-

balhadores e a riqueza não poderá acumular-se, ao mesmo tempo que aumenta a miséria e a fome em benefício dos privilegiados". (03.02.87).

Sem dúvida, enganam-se os que pensam que palavras bastarão.

### A TAPEAÇÃO ENXUTA

É inútil pensar que, diante desta realidade, a Nação irá conformar-se com uma Constituição que resguarda de os privilégios e apague do texto, a título de enxugá-lo, as reivindicações de reserva de mercado, proteção à empresa nacional e aos direitos dos humildes. Os bancos estrangeiros coletam na poupança nacional o equivalente à renda dos Estados de S. Paulo, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Sergipe reunidos; e depois o aplicam, segundo os interesses das empresas estrangeiras, ou emprestam-no a nós mesmos, em dólares; por esse favor (?), cobram juros e comissões e as carregam para o exterior.

Não há por isso, recursos para escolas, hospitais, assistência aos mendigos. E retiram-se do texto constitucional essas obrigações, para enxugar o texto... Até a proteção à reserva de mercado e da tecnologia — que é também uma pretensão das Forças Armadas, para que os equipamentos disponham de infraestrutura industrial eficiente — está sendo negada. Os militares são etiquetados de milicratos, nacionalistas vesgos e por aí fora.

Um certo grupo de 32 resolveu acabar com a bandeira brasileira nos navios, quando o Brasil só consegue transportar 17% da carga que exporta. Acharam demais! Enxugaram o texto, retirando o que consta de todas as constituições: de 1934 até a atual!

Estão montando um barril de pólvora que explodirá em suas mãos.

Precisamos do capital estrangeiro e devemos estimulá-lo a vir, mas devemos exigir que venha fraternalmente, do mesmo modo como o exigem os Estados Unidos, o Japão e todos os povos adiantados. E imperioso ler e estudar a legislação desses países, para não sermos otários.

Goethe afirmava, pela boca de um de seus personagens: "Nenhuma coisa é mais terrível do que a ignorância em ação".

Se insistirmos na burrice de "Constituição enxuta" — para resguardar privilégios, sumir com a defesa do que é nosso e de maior justiça social — o povo, desesperado, queimar, em praça pública, o papelão. Na próxima consulta deglutirá os fisiológicos que compraram mandatos e não enxergam a realidade.

Trabalhadores, empresários nacionais, compositores e militares juntar-se-ão para elaborar outra Constituição, democrática e justa: como prometido nos palanques, na televisão e nos discursos de Tancredo, Sarney e Ulysses.

Será muito difícil continuar enganando este povo que recebe os mais baixos salários do mundo e sofre as agruras que as estatísticas apontam.

\* Desembargador aposentado do TJRJ, ex-professor de Ciência Política, autor de vários livros.



Ulysses passou pela sessão extra mas logo saiu para almoçar com Sarney

## PLENÁRIO

## Reforma agrária foi ponto alto da semana

Mesmo sem conseguir reunir, em momento algum, mais de uma quarta parte dos parlamentares, as sessões destinadas ao debate de temas polêmicos estão cumprindo um importante papel político, na opinião do deputado Sampaio (PT-SP). Durante a sessão de quinta-feira, ele ressaltava e importância do discurso do senador Severo Gomes (PMDB-SP), ao qual atribuía a virtude de tornar clara a posição do partido contra o substitutivo do deputado Luiz Viana (PMDB-BA) — considerado como um texto mais retrógrado do que o Estatuto da Terra, lavrado em 1967 pelos militares.

As três primeiras sessões, em que predominaram as posições defendidas pelos grupos progressistas, não chegaram a esquentar o clima no Congresso. Nem mesmo uma esperada refrega entre a Contag e a UDR, prevista para a noite de quinta-feira, chegou a acontecer. A confederação dos trabalhadores colocou nas galerias tantos homens quantas senhas conseguira. Mas a UDR, por algum motivo, esteve ausente. Na defesa dos proprietários, havia apenas um pequeno — e silencioso — grupo de 20 pessoas, acomodado entre a torcida adversária.

Houve algumas vaias, a começar pela destinada ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Identificado com a UDR, ele não escapou, mesmo sem falar sobre a reforma agrária. O som de seu nome, quando foi contestar a intervenção da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) sobre a demissão do superintenden-

te da Sudene, foi suficiente para irritar as galerias. Os defensores da reforma, pelo contrário, foram contemplados, de quando em quando, com aplausos.

Predominou a defesa de avanços em relação ao substitutivo empurrado goela abaixo da Constituinte na tumultuada reunião de Comissão de Ordem Econômica, quando foi derrubado o anteprojeto do relator Severo Gomes. O primeiro orador, Plínio de Arruda Sampaio, falou de 25 milhões de miseráveis, que sobrevivem à mingua no campo — e mostrou que a concentração da propriedade cresceu de 1964 para cá, acontecendo o mesmo com as mortes no campo. O assunto voltaria à baila em um dos poucos pronunciamentos conservadores — o do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), para quem estas estatísticas interessam aos partidários que têm nela, "mais do que no assentamento" de colonos, sua bandeira de luta.

Na defesa dos grandes proprietários, Jefferson não hesitou em dizer que "um lavrador que está habituado ao seu salário não tem condições gerenciais de previsão", estando portanto incapaz de gerir a terra que porventura lhe for distribuída. Na mesma linha, Alysson Paulinelli (PFL-MG), teorizou: "Aqui a conquista da terra tem sido feita com sacrifícios de muitos — uns que com mais inteligência e condições conseguem se sobpor às dificuldades e implantar uma unidade produtiva, outros, infelizmente, sofrendo as agressões, inclusive das deficiências, não conseguem produzir na terra".

## Sessão extra sem quorum, segue rotina

A sessão extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte, ontem de manhã manteve a característica das reuniões anteriores: o plenário vazio — não havia mais que meia-dúzia de constituintes quando foi aberta — e as galerias desertas.

O deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PB), antes de iniciar seu pronunciamento em favor do presidencialismo, reclamou que "nós estamos dando motivos e razões suficientes para que o povo descredite, cada vez mais, a classe política". O plenário vazio, disse, "é um desrespeito ao povo brasileiro". E perguntou: "Onde estão os donos da verdade, sempre presentes quando as galerias estão cheias? Onde estão os líderes partidários? Provavelmente fazendo cochavos, nos seus gabinetes..."

A essa altura, o plenário tinha apenas oito constituintes, na sessão presidida pelo deputado Jorge Arbage. O presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, que, costumeiramente, dá uma passada para ver como estão as coisas, ainda não havia chegado.

Chegou logo depois, às 10 horas, mas não para assumir os trabalhos. Conversou, rapidamente, com Jorge Arbage, que permaneceu na presidência da Mesa, e se retirou para seu gabinete. Fora convidado pelo presidente José Sarney para almorçar na fazenda de São José de Pericumã.

O primeiro orador do dia foi o deputado Lélito Souza (PMDB-RS), que defendeu o sistema presidencialista de governo, observando que o período autoritário, pós 64 foi uma exceção e não pode ser parâmetro.